

PRODUÇÃO DAS FAVELAS E VILLAS E ESTRUTURAÇÃO DAS METRÓPOLES DE CURITIBA - BRASIL E TUCUMÁN – ARGENTINA

Madianita Nunes da Silva

Universidade Federal do Paraná – Brasil - madianita@gmail.com

Natalia Paola Czytajlo

Universidad Nacional de Tucumán – Argentina - nczytajlo@yahoo.com.ar

1 Introdução

A década de 1990 inaugura uma nova fase de gestão urbana na América Latina, marcada pela adoção de políticas de liberalização da economia e desregulamentação do Estado que significaram o fortalecimento da ação privada na produção do espaço. Tal fenômeno vincula-se ao momento histórico a partir do qual a globalização econômica se manifesta com mais intensidade no continente e em função da importância das metrópoles para a realização desse processo, os maiores impactos derivados das novas dinâmicas presentes foram observados nestas aglomerações. (De Matos, 2004)

Uma das implicações da globalização econômica nas metrópoles foi o aprofundamento das desigualdades socioespaciais (Gottdiener, 1997; Sassen, 2010; Ribeiro, 2011), que assumiu uma expressão contundente pelas mudanças ocorridas na produção dos espaços de moradia. De um lado surgem novas tipologias residenciais destinadas à população de maior poder aquisitivo, os condomínios residenciais fechados; e de outro, o aumento do número de domicílios em favelas e *villas* para a parcela mais pobre dos cidadãos. Essas mudanças transformaram a lógica de estruturação do espaço das metrópoles, adquirindo uma morfologia singular nas latino-americanas (Caldeira, 2000; Abramo, 2009).

O artigo analisa a produção das favelas e *villas* nas metrópoles de Curitiba – Brasil e Tucumán – Argentina a partir da década de 1990, com o objetivo de comparar as transformações derivadas desse processo no padrão de estruturação de seus espaços. A reflexão toma como pressuposto, que a emergência de novas tipologias residenciais, formais e informais, cumpre um papel importante na produção e estruturação das metrópoles contemporâneas.

A investigação dedica-se a estudar duas metrópoles secundárias, ou seja, que não ocupam a posição mais elevada na hierarquia da rede urbana de seus países, não obstante

pertençam ao conjunto das aglomerações urbanas consideradas superiores. O conceito de secundárias refere-se também ao fato de que tais aglomerações, embora inseridas na dinâmica de globalização, não estão posicionadas no topo da rede mundial de cidades.¹

O recorte espacial de análise corresponde ao território onde estão situadas as metrópoles de Curitiba e Tucumán. Considera-se metrópole a grande cidade com funções superiores de comando e gestão, articulada à economia global, e de onde partem para os territórios nacionais vetores de modernidade e complexidade (Firkowski, 2012, p. 37). Por tais características, é uma cidade que desempenha um papel superior na hierarquia da rede urbana. Em Curitiba ela abarca catorze² municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC): Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Campo Magro, Itaperuçu, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais. No caso tucumano, a metrópole corresponde à Área Metropolitana de Tucumán (AMT)³ e abrange seis municípios: San Miguel de Tucumán, Yerba Buena, Alderetes, Banda del Río Sali, Las Talitas e Tafi Viejo⁴ (FIGURA 1). Os municípios de Curitiba e San Miguel de Tucumán desempenham a função de polo nas metrópoles estudadas. (FIGURA 1)

¹ A escolha das metrópoles de Curitiba e Tucumán deve-se à realização conjunta do projeto desenvolvido com o apoio da CAPES, no âmbito do Programa de Cooperação CAPES/MINCYT (Brasil-Argentina), denominado “Para além das metrópoles globais: análise comparada das dinâmicas metropolitanas em metrópoles secundárias no Brasil (Curitiba) e na Argentina (São Miguel de Tucumán)”. As equipes participam também em seus países, de grupos que se dedicam a estudar fenômenos urbanos/metropolitanos, a de Curitiba do Observatório das Metrópoles e a de Tucumán do Observatório de Fenômenos Urbanos.

² Corresponde ao conjunto de municípios onde está contida a Área de Concentração da População (ACP), denominação e caracterização utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estudo Regiões de Influência das Cidades. A RMC é uma delimitação legal que abrange 29 municípios, dentre eles os catorze pertencentes à ACP. A presente análise tem como referência onze dos catorze municípios. Por falta de dados disponíveis para a década de 2000, ficaram excluídos Colombo, Rio Branco do Sul e Itaperuçu.

³ Não é uma definição ou delimitação espacial uniformemente aceita, deriva de trabalhos de pesquisa desenvolvidos. A definição oficial corresponde ao que na Argentina o Censo Nacional de População, Lares e Domicílios de 2001 denominou como Gran San Miguel de Tucumán, que representa a aglomeração de urbanização contínua que da cidade de San Miguel de Tucumán se expande sobre o território de outros municípios ou entidades administrativas menores. A expressão “área metropolitana” é utilizada exclusivamente para referir-se à Entidade Metropolitana da Província de Buenos Aires. Vale destacar ainda, que existem outras denominações, como Sistema Metropolitano de Tucumán (SIMET), cujo território contém a conurbação de sete municípios: San Miguel de Tucumán no Departamento Capital, Banda del Río Salí, Alderetes no Departamento Cruz Alta, Las Talitas, Tafi Viejo no Departamento Tafi Viejo, Yerba Buena no Departamento Yerba Buena e Lules; e mais dezenove comunas rurais: Florida e Luisiana, Ranchillos e San Miguel, Colombres, El Naranjito, El Bracho e El Cavilar, Los Bulacio e Los Villagra, San Andrés, Delfín Gallo (Departamento Cruz Alta), Manuel García Fernández (Departamento Leales), El Manantial, San Pablo e Villa Nougues, San Felipe e Santa Bárbara (Departamento Lules), Raco, La Esperanza, El Cadillal e Los Nogales (Departamento Tafi Viejo), Cevil Redondo e San Javier (Departamento Yerba Buena) e El Timbó (Departamento Burruyacu). (Casares et al., 2009)

⁴ Não analisado neste trabalho por falta de dados.

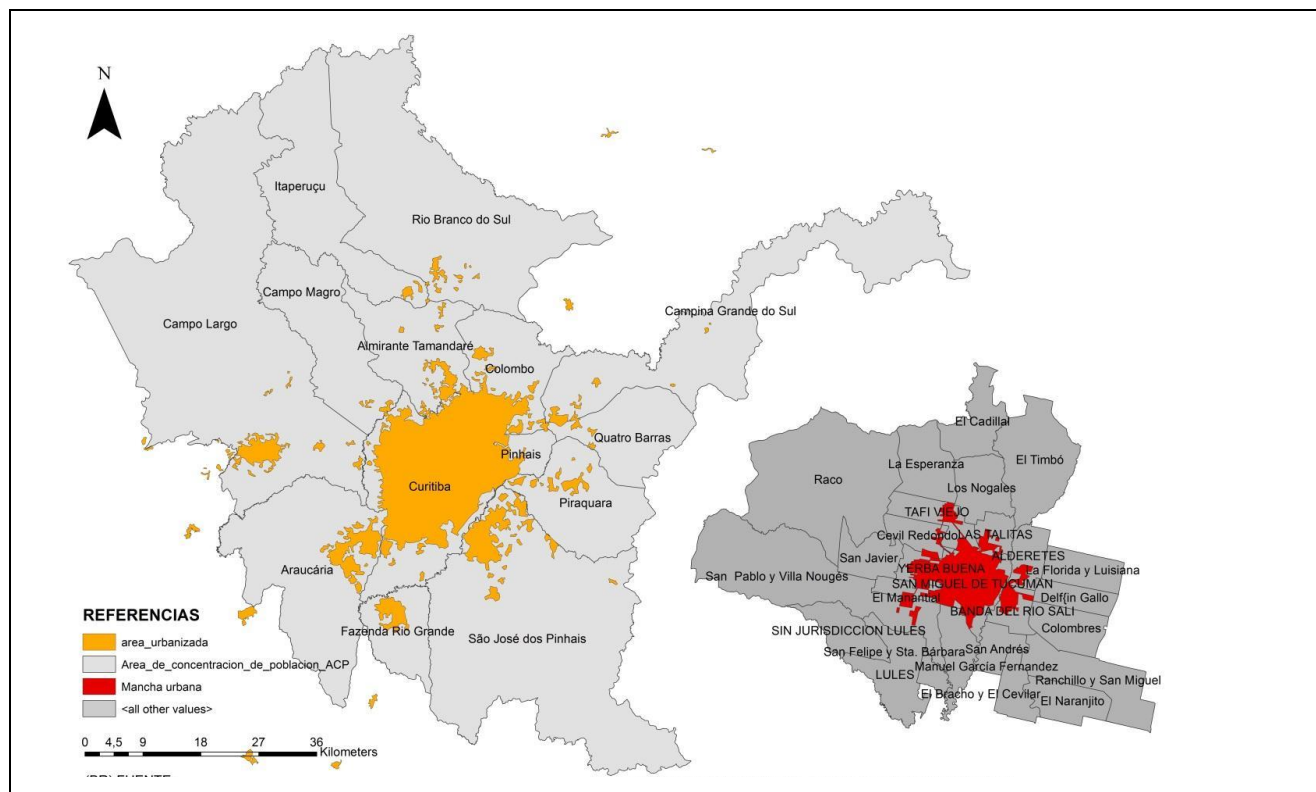


Figura 1 – Municípios integrantes da ACP (Curitiba) e do SIMET (Tucumán) – 2014

2 Metropolização na América Latina e crescimento da informalidade

A dificuldade de acesso ao direito à moradia pelas classes populares acompanha a história da urbanização na América Latina, mas a partir das últimas décadas do século XX tal fenômeno adquiriu características ímpares, derivadas da relação entre urbanização e capitalismo, que tem nas metrópoles a morfologia espacial correlata à presente fase desse modo de produção (Gottdiener, 1997, p. 230).

A partir de meados do século XX o aumento da população em condições de pobreza deu origem a um novo fenômeno social no continente. Esse novo sujeito social conformou um contingente urbanizador, que como parte das suas estratégias de sobrevivência desenvolveu uma economia urbana alternativa à das grandes inversões produtivas e do comércio formal, denominada informal, que passou a ter entre seus principais ativos a habitação. (Wagner, 2006)

Assim, embora a origem do processo vincule-se às características da urbanização no continente desde meados do século passado, a singularidade do momento presente é que o crescimento do número de residentes em favelas e *villas* não apenas intensifica-se, mas seu

processo de produção se transforma.

Ao estudarem a relação entre reestruturação urbana / imobiliária e globalização econômica no continente, Hidalgo et al. (2006, p. 69) observam que o crescimento do setor informal não se limitou à economia e à construção civil, e passou a constituir um fenômeno estruturador da sociedade. Outra característica, é que a partir da década de 1990 as metrópoles latino-americanas transformaram-se em espaços marcados por profundos contrastes, “zonas de poder e luxo” e “ilhas de pobreza”.

Segundo De Mattos (2004) o crescimento da polarização social na América Latina adquiriu características próprias relacionadas à nova fase de modernização capitalista strictu sensu. Nesse contexto, a potencialização das funções que formam o circuito de acumulação superior impulsionou, ao mesmo tempo, atividades de menor importância, como os serviços de baixa produtividade desempenhados por trabalhadores de baixa qualificação e que recebem baixos salários, com predominância do trabalho precário, que, em geral, integram o setor informal. Para o autor, apesar de diferenças, a persistência e o aumento das desigualdades socioespaciais estão presentes em todos os continentes nas últimas décadas, constituindo uma característica universal da reestruturação produtiva observada em escala mundial no período.

3 Espaços informais de moradia: referências conceituais

Favelas, loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares, *villas* e asentamientos, são palavras utilizadas no Brasil e na Argentina para designar diferentes tipologias de espaços informais de moradia. Denominam-se espaços informais de moradia as tipologias de habitat em que predomina o uso residencial, cuja origem deve-se a um processo de produção do espaço urbano que se realiza à revelia das normas urbanísticas vigentes.

Na metrópole de Curitiba as principais tipologias de espaços informais de moradia habitadas por população de baixa renda são as favelas, os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares, que se diferenciam pelos agentes sociais responsáveis por sua produção, a morfologia espacial por eles produzida, e as formas de irregularidade presentes. (Silva, 2012)

Valladares (2005, p. 26) conceitua favela como um tipo de habitat pobre, em geral caracterizado por um conjunto de barracos aglomerados, sem traçado viário nem serviços públicos, construídos de forma ilegal sobre terrenos de propriedade pública ou privada. Para

Taschner (2003, p. 26) mais do que sua morfologia, a característica singular das favelas deve-se ao fato de constituírem uma ocupação ilegal da terra, que não se baseia nem na propriedade da terra, nem no seu aluguel aos proprietários legais.

Loteamento clandestino é o nome dado no Brasil a um tipo de parcelamento de solo executado sem a autorização ou o conhecimento do Poder Público municipal, instância federativa a quem compete a concessão do direito de fracionar o solo urbano no país. Loteamento irregular é um parcelamento do solo que, embora aprovado pelo Poder Público, foi executado em desacordo com a legislação existente, com o ato de aprovação expedido pelo município, ou que não foi registrado no cartório após sua implantação. Ou seja, os loteamentos irregulares pressupõem a existência do ato de aprovação junto ao Poder Público, constituindo a principal diferença entre estes e os clandestinos. (Gasparini, 1993, p. 3-4)

Em Tucumán as principais tipologias de espaços informais de moradia habitadas por população de baixa renda são as *villas* e os *asientamientos*, caracterizadas por ocupações de terra urbana vazia, cuja propriedade não pertence aos que nela residem, assemelhando-se ao conceito de favela no Brasil. No caso tucumano é possível reconhecer a existência de loteamentos ilegais produzidos por proprietários de terra e empreendedores imobiliários, similares aos loteamentos clandestinos e irregulares brasileiros, mas não se obteve informações sobre essas tipologias para a realização do presente trabalho.

Mansilla (1994) define *villa* como um conjunto de habitações construídas com materiais precários em terreno de terceiros, à margem de normas legais e carente de infraestrutura urbana e serviços públicos.

Para Cravino et al. (2008) as características sociais e de ocupação das *villas* e dos *asientamientos* são similares, a principal diferença é a morfologia espacial resultante. No caso dos *asientamientos*, a morfologia mais regular facilita a regularização, que não necessitará de um reordenamento urbano profundo, apenas de ações de caráter social, político e jurídico. Observa-se também o propósito de seus moradores em não produzirem uma *villa*, obtendo-se um habitat de mais qualidade, menor dificuldade de regularização fundiária e melhor relação com o entorno.

Os dados disponíveis não permitiram diferenciar em Tucumán as *villas* dos *asientamientos* a partir das características de Cravino et al. (2008), por isso, no âmbito do presente trabalho, ambas foram consideradas tipologias similares, denominadas *villas*, seguindo o conceito de Mansilla (1994), que coincide com o de favela no Brasil.

A base de dados na metrópole de Curitiba tem como referência a pesquisa

desenvolvida por Silva (2012), e em Tucumán o Instituto Provincial de Vivienda y Desarrollo Urbano (IPVyDU).

4 O processo de produção dos espaços informais de moradia nas décadas de 1990 e 2000

A partir de 1990 a produção do espaço das metrópoles de Curitiba e Tucumán foi marcada pela intensificação da produção informal como solução para moradia dos setores populares, dinâmica que se apresenta de modo comparado no presente tópico.

Nas décadas estudadas observa-se nas duas metrópoles um crescimento no número de espaços informais de moradia, num ritmo intenso e muito similar. Em Curitiba de 81,95% e em Tucumán de 80,20%. Na metrópole curitibana o número de assentamentos no final da década de 2000 era três vezes maior que na tucumana, 948 e 346, respectivamente (FIGURA 2). Relacionando-se o número de assentamentos com a população total, em Curitiba a razão é de 1 assentamento para cada 3.158 habitantes e em Tucumán de 1 assentamento para cada 2.574 habitantes.⁵

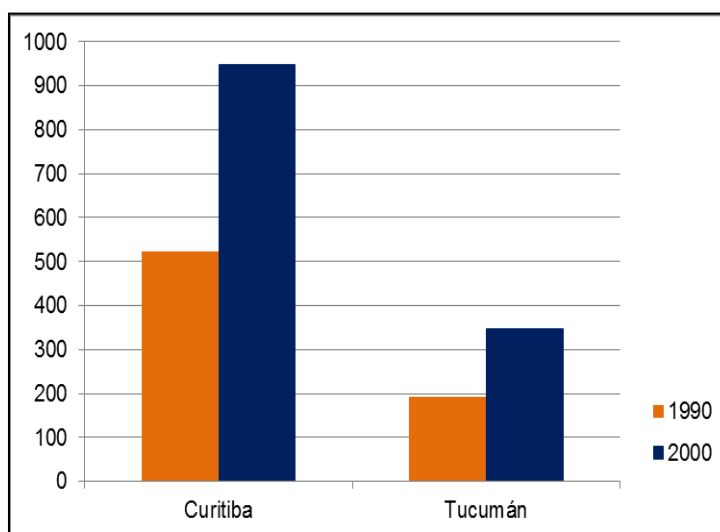


Figura 2 – Espaços informais de moradia nas metrópoles de Curitiba e Tucumán - décadas de 1990 e 2000

Fontes: (Silva, 2012), (IPVyDU, 1996), (IPVyDU, 2006)

A concentração no polo é majoritária em Tucumán nas duas décadas, e em Curitiba os espaços encontram-se mais distribuídos entre os municípios metropolitanos.

⁵ Em 2010, segundo os Censos realizados no Brasil e na Argentina, a metrópole de Curitiba contabiliza 2.993.678 habitantes e a de Tucumán por 890.493.

Todavia, nas duas metrópoles cresce a participação das cidades polo entre as décadas de 1990 e 2000. (FIGURAS 3 e 4)

Em Tucumán, essa concentração se realiza com os piores indicadores de condições habitacionais, infraestrutura e qualidade de vida. As *villas* estão situadas especialmente no anel periférico de San Miguel de Tucumán, do Norte ao Sul e em particular no Leste, em áreas limítrofes aos municípios do entorno. Ocupam especialmente as margens do rio Salí e dos canais de drenagem de águas pluviais, colocando em situação de risco a população residente. Nas margens desse rio os assentamentos encontram-se numa zona de elevada ameaça hídrica, as planícies de inundação e as encostas mais baixas.

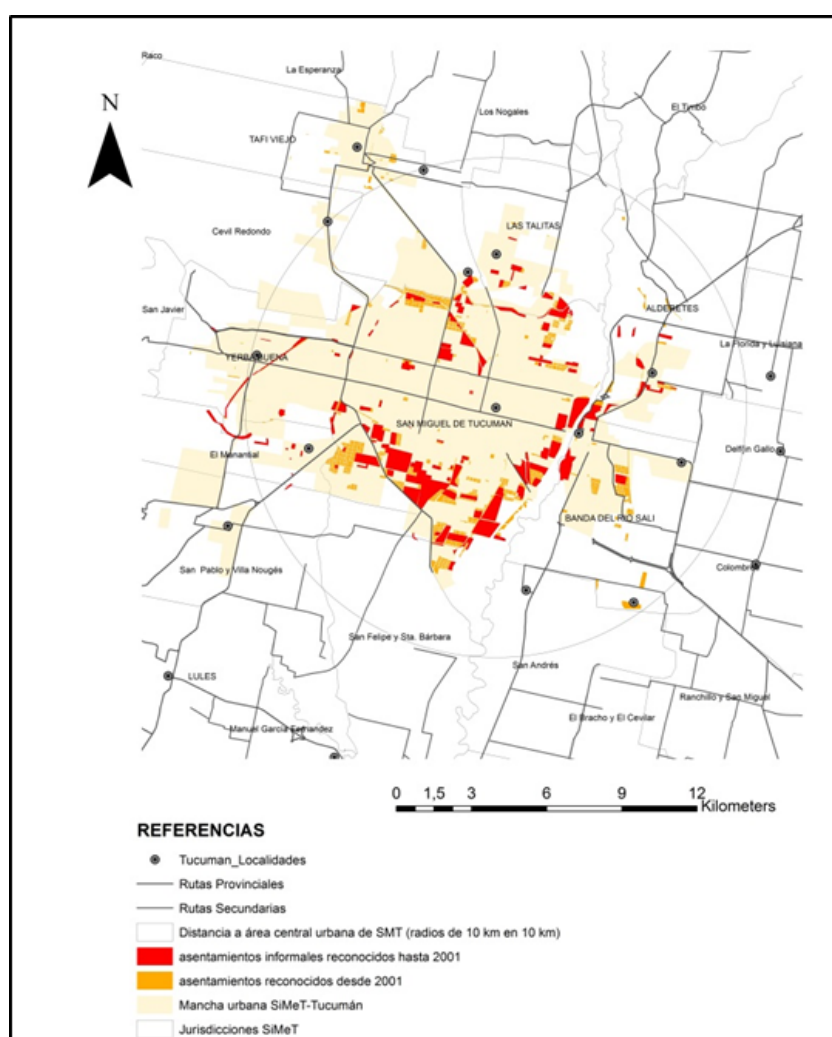


Figura 3 – Localização das villas segundo décadas na metrópole de Tucumán - década de 2000

Fontes: (Jarma, 2001) e (IPV y DU, 2006)

Elaboração: Czytajlo e López para OFUT

No Oeste, particularmente em Yerba Buena o Código de Planejamento Urbano, o ritmo intensivo do parcelamento do solo e o elevado preço da terra, tendem a excluir a

população com baixo poder aquisitivo (Malizia, 2012). Contribui para esse processo o fato de que a maior parte da infraestrutura e dos equipamentos é destinada aos grupos sociais com renda mais elevada. Tal dinâmica leva ao encarecimento da vida no município, afastando a população de menor renda. A tendência de homogeneização social em Yerba Buena deriva também da prática de relocação dos grupos que se assentam irregularmente nas margens de vias férreas e canais de drenagem, em geral deslocados para comunas lindeiras, especialmente San José no Norte e Manantial no Sul, onde a terra é mais barata.

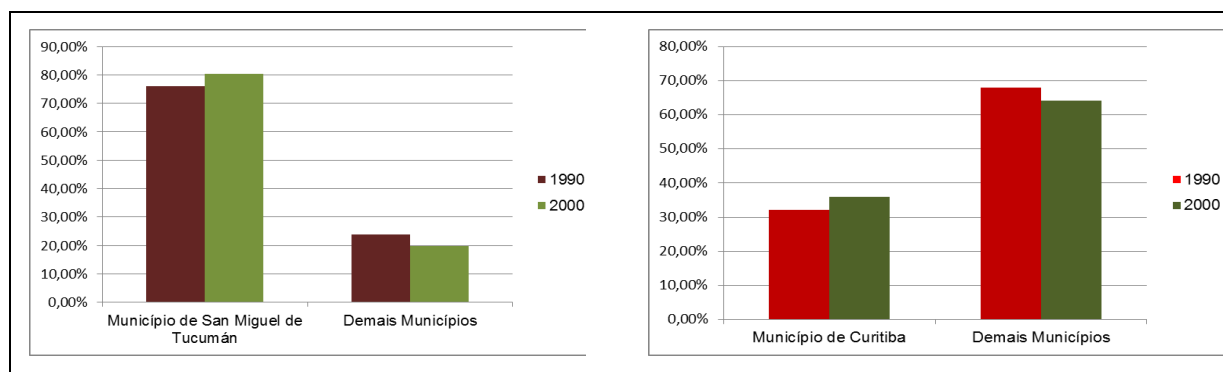


Figura 4 – Distribuição dos espaços informais de moradia nas cidades polo e demais municípios nas metrópoles de Tucumán e Curitiba - décadas de 1990 e 2000

Fontes: (IPVyDU, 1996), (IPVyDU, 2014), (Silva, 2012)

Em Curitiba o polo também recebe os vetores de crescimento mais intensos. A diferença de Tucumán é que tais vetores também se apresentam no Norte, Oeste e Sudeste da metrópole, incorporando outros municípios ao processo. Outra similaridade é a concentração desses espaços informais na coroa de ocupação periférica do entorno ao polo, cuja urbanização encontra-se mais consolidada (FIGURA 5).

As favelas predominam na metrópole Curitiba, constituem 72% dos assentamentos, 58% da área ocupada e 86% dos domicílios em espaços informais de moradia. Concentram-se na cidade polo (48%) e na mancha de urbanização contínua de Curitiba que avança sobre os municípios do entorno, e ocupam áreas menores em relação aos loteamentos clandestinos e aos irregulares.

A maioria das favelas ocupa áreas de propriedade pública, destinadas à proteção ambiental, em especial margens de rios, ou ao uso institucional em loteamentos regularmente aprovados. Assim como em Tucumán, seus moradores estão submetidos ao maior número de irregularidades e às piores condições de moradia, e enfrentam riscos mais elevados em função das características do sítio e tipologia de ocupação dos assentamentos, com altas declividades, inundações, precariedade dos materiais e das técnicas construtivas, e carência de infraestrutura urbana. Nelas reside a população mais pobre, com grande proporção de famílias

com renda inferior a dois⁶ salários mínimos. Nas novas favelas que se expandem sobre a zona rural dos municípios metropolitanos, a renda é ainda mais baixa (menos de um salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, com maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e aos equipamentos urbanos. (Silva, 2012)

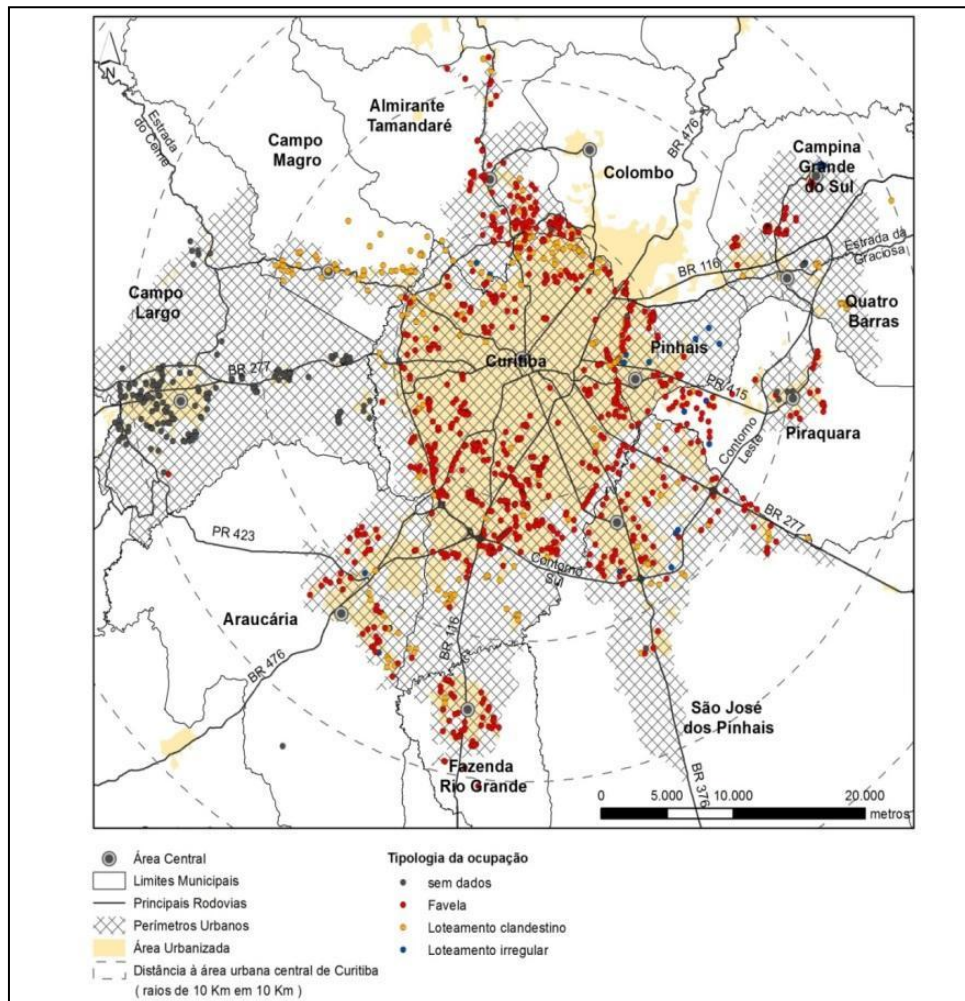


Figura 5 – Espaços informais de moradia segundo tipologias na metrópole de Curitiba - década de 2000

Fonte: (Silva, 2012)

No final da década de 2000 a superfície ocupada pelos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba era maior que na de Tucumán, correspondendo a 3.426,25 ha e 1.262,33 ha respectivamente. Esta diferença explica-se pelo fato de que em Tucumán o levantamento não contabiliza loteamentos irregulares e clandestinos, apenas villas. Se o dado

⁶ Historicamente a maior parte do déficit habitacional no Brasil está na faixa da população que ganha até três salários mínimos. Atualmente um salário mínimo equivale a R\$ 724,00 (Brasil, 2013).

tucumano for comparado exclusivamente à superfície das favelas em Curitiba (1.998,51 ha), esta diferença se reduz. Em Tucumán, aproximadamente 81% desta área localiza-se no polo. Em Curitiba, 49% da superfície ocupada por favelas está no polo e 25% em Piraquara situado no Leste, município com inúmeras restrições ambientais à ocupação urbana.

Na metrópole curitibana observa-se uma distribuição heterogênea das tipologias dos espaços informais de moradia. No polo, 65% das suas superfícies são ocupadas por favelas. Campo Largo e Campo Magro, situados no Norte, junto com o Município de Curitiba respondem por 85% da superfície ocupada e 83% dos loteamentos clandestinos. Pinhais no Leste tem a maior proporção de área ocupada por loteamentos irregulares, com 76% do total. (Silva, 2012)

O crescimento do número de domicílios em espaços informais de moradia entre décadas na metrópole de Curitiba foi de 70,95%. Não foi possível obter dados para Tucumán na década de 2000. Na década de 1990, com base em Jarma (2001) a partir do levantamento realizado pelo IPVyDU (1996), o número de domicílios informais segundo *radios censales*⁷ aproximava-se do encontrado em Curitiba no mesmo período. (FIGURA 6)

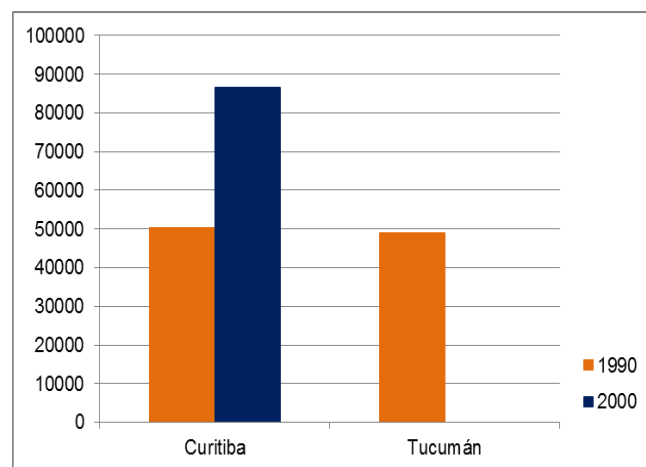


Figura 6 – Domicílios em espaços informais de moradia nas metrópoles de Curitiba e Tucumán - décadas de 1990 e 2000

Fontes: (Silva, 2012), (Jarma, 2001)

A participação do polo no total de domicílios informais apresentou um crescimento ascendente entre décadas em Curitiba, passando de 67,14% para 68,31%. Em Tucumán, na década de 1990, a participação do polo era de 79,99%, majoritária, assim como em Curitiba.

No final da década de 2000 a densidade média das favelas era de 35,78 dom./ha

⁷ Delimitação territorial para a realização do Censo argentino, similar aos setores censitários no caso brasileiro.

em Curitiba e em Tucumán na década de 1990 de 40,39 dom./ha. No caso curitibano as favelas apresentam densidade demográfica mais elevada que os loteamentos clandestinos (8,67 dom./ha) e os irregulares (7,67 dom./ha).

Comparando-se os domicílios em espaços informais de moradia em relação ao total de domicílios segundo municípios, no final da década de 2000 na metrópole de Curitiba 10,35% destes localizavam-se em assentamentos informais. Analisando isoladamente cada município metropolitano, esta proporção é mais elevada em Piraquara (40,39%), Almirante Tamandaré (19,14%) e Campina Grande do Sul (18,04) no vetor Norte-Leste, e mais baixa em São José dos Pinhais (6,07%) Araucária (6,54%) e Fazenda Rio Grande (7,03%), no vetor Sudeste e Sudoeste. (FIGURA 7)

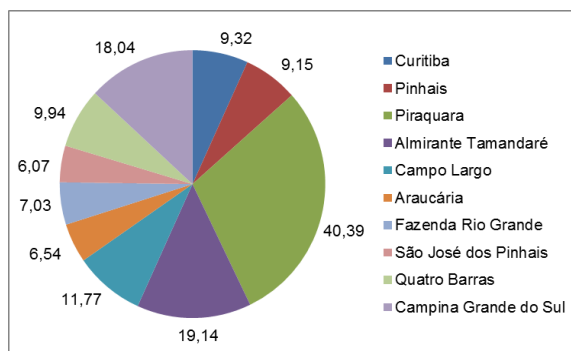


Figura 7 – Proporção de domicílios em espaços informais de moradia segundo municípios na metrópole de Curitiba - década de 2000

Fonte: (Silva, 2012)

Na metrópole de Tucumán a média de domicílios em espaços informais de moradia no final da década de 1990 era de 28,38%, mais alta que na de Curitiba. Em Las Tallitas é maior que a média (37,50%) e em Banda del Rio Salí menor (11,65%). (FIGURA 8)

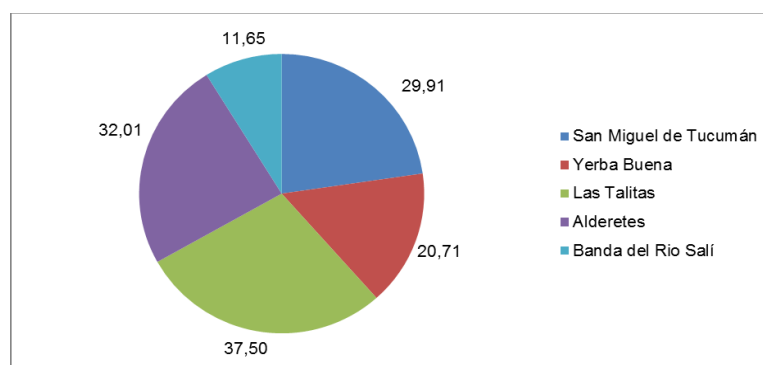


Figura 8 – Proporção de domicílios em espaços informais de moradia segundo municípios na metrópole de Tucumán - década de 1990

Fonte: (Jarma, 2001)

5 Espaços de moradia e produção das metrópoles

A produção dos espaços de moradia desempenha um lugar central na estruturação das metrópoles de Curitiba e Tucumán. Tomando como referência tal fenômeno, em ambas identificam-se na história da metropolização dois períodos com características similares: da década de 1950 até o final da de 1980, e a partir da década de 1990 (Silva, 2012; Casares et al., 2012). Outra similaridade é que a produção das favelas e *villas* torna-se mais intensa no último período.

5.1 O período 1950 – 1980

Período marcado por um processo de produção do espaço urbano em que proprietários fundiários, incorporadores imobiliários e o Estado são os agentes mais ativos. Caracterizou-se também pelo início do processo que décadas mais tarde, aliado a outras dinâmicas, conformaria a atual estrutura espacial das duas metrópoles.

Na metrópole de Curitiba, no final da década de 1980, a espacialidade metropolitana caracterizava-se por: (i) um núcleo de ocupação situado no município polo, habitado por população de renda mais elevada, e melhor atendido por serviços e equipamentos urbanos; (ii) uma coroa de ocupação periférica nos limites de Curitiba, que avançava sobre os municípios do entorno, prioritariamente habitada por população de renda mais baixa, que dependia do polo em relação ao emprego, serviços e equipamentos públicos; (iii) núcleos de ocupação anteriores à 1950, situados nos municípios do entorno de Curitiba, que com exceção de São José dos Pinhais, encontravam-se desconectados das duas espacialidades anteriormente descritas. (Ultramarini et al., 1997)

De meados do século XX ao final da década de 1980 a formação dessa coroa periférica foi predominantemente derivada de loteamentos populares regularmente aprovados, e a ocupação dos lotes produzidos ocorreu, especialmente, pela autoconstrução da habitação. (Ultramarini et al., 1997)

A década de 1980 foi marcada também pelo aumento dos domicílios informais na cidade polo. Esse crescimento coincide com a construção dos conjuntos de habitação popular durante a vigência do Banco Nacional de Habitação (BNH), até hoje um dos programas estatais mais representativos em número de unidades habitacionais produzidas no Brasil. Uma singularidade da execução desse programa foi a concentração dos investimentos no Município

de Curitiba, que perdurou nas décadas seguintes. (Silva, 2012)

No mesmo período, segundo, a expansão urbana em Tucumán rompe o modelo de crescimento então observado, caracterizando-se por uma malha menos regular e conformando um anel periférico que se expande a partir do traçado colonial (Casares et al., 2012). Esse crescimento tem distintos vetores de expansão: ao longo das vias de ligação regional, com predomínio do vetor Leste-Oeste; e nas periferias Noroeste, Norte, Sul e Leste.

Na década de 1960 caem as taxas de crescimento demográfico, as mais baixas da história dessa metrópole, tornando-se negativas em sete das onze jurisdições que compunham a Província de Tucumán. (Pnuma, 2007)

O final da década de 1960 é também caracterizado por uma nova frente de ocupação no Noroeste, derivada da construção de grandes conjuntos habitacionais pelo Estado, financiados pelo capital internacional. A morfologia do tecido urbano que até o final da década de 1950 seguia certa ordem, estendendo-se a partir de uma malha regular, rompe em muitos casos esta lógica e passa a crescer não apenas de modo extensivo, mas também de maneira intensiva por meio da verticalização. Entre 1955 e 1980 predomina a ação estatal, que se realizou por meio de projetos de habitação que se encontravam inseridos, contíguos ou desconectados na mancha de ocupação urbana. Embora não configurassem assentamentos funcionalmente autocontidos, eram morfologicamente distintos da ocupação pré-existente, introduzindo recortes identificáveis no tecido urbano, nem sempre com boa acessibilidade e provisão de serviços. Essa tipologia se acentuou na década de 1970 e declinou de meados da década de 1980 até 1990, com redução da presença do Estado nesse setor. (Casares, 1999)

Ao mesmo tempo, foram criados e consolidaram-se núcleos populacionais que mais tarde conformariam a AMT. À Oeste Yerba Buena torna-se município em 1978. No Leste, Banda del Río Salí e Alderetes crescem no entorno dos engenhos açucareiros, o último elevado à condição de município em 1985. No Norte, Tafí Viejo, a aglomeração mais antiga e com mais identidade da AMT, enfrenta uma desaceleração da ocupação, derivada do fechamento de um dos terminais ferroviários mais importantes da América Latina. Las Talitas, desmembrado de San Miguel de Tucumán em 1987, registra a mais alta taxa de crescimento demográfico entre 1980-1991. (Di Lullo et al., 1999)

Em síntese, no período 1950-1980 a estruturação espacial em ambas as metrópoles se caracteriza por um vetor de expansão que parte do polo em direção à periferia, e conforma uma coroa de urbanização situada no entorno da mancha urbana então consolidada dos municípios polo. Essa coroa está situada nos limites jurisdicionais das

idades polo, avança sobre os municípios vizinhos, e é descontínua em relação à malha urbana existente. Caracteriza-se também por uma urbanização precariamente atendida por equipamentos e serviços públicos, configurando uma periferia habitada pelas classes populares. Outra singularidade, é que ela deriva da ação privada e estatal, e é legalmente produzida. O fenômeno altera a lógica da organização espacial até então presente, e constitui uma das marcas do início do processo de metropolização.

5.2 As décadas de 1990 e 2000

A partir de 1990, a lógica de produção dos espaços de moradia é alterada pelo crescimento das favelas e *villas* e pelos novos produtos imobiliários destinados à população de renda mais elevada. Mais recentemente, a partir da segunda metade da década de 2000, a ação do Estado ganha novamente importância, por meio da retomada dos programas públicos de produção de habitação, presentes nos dois países nesse período.

No caso das favelas e *villas*, o processo é mais intenso nas cidades polo e na mancha de urbanização contínua situada em seu entorno. Em Curitiba esse movimento deriva especialmente do adensamento e do crescimento em superfície dos assentamentos mais antigos e consolidados. Na metrópole brasileira observa-se também no período o surgimento de novas favelas na zona rural e a expansão de loteamentos clandestinos.

A precarização dos espaços de moradia das classes de renda mais baixa é outra característica do período, e é derivada da localização imprópria, do adensamento excessivo, do uso de materiais precários e inadequação das técnicas construtivas, da insegurança da posse, da ocupação de áreas protegidas e públicas, e da carência de infraestrutura das favelas e *villas*. Por outro lado, a localização central possibilita que seus residentes realizem de modo mais facilitado e com menor custo de deslocamento, em relação aos que moram em áreas mais periféricas, suas necessidades básicas cotidianas, em especial o acesso ao trabalho, aos equipamentos públicos, ao comércio e ao serviço.

A partir de meados da década de 2000 a produção de habitação popular pelo Estado, deriva da retomada dos programas de provisão habitacional, tem novamente uma função importante. No Brasil pelo Programa Minha Casa Minha Vida lançado em 2009, e na Argentina pelo Plan Federal de Vivienda executado a partir de 2004. Em ambas as metrópoles a maioria dos empreendimentos localiza-se em áreas periféricas nas proximidades da mancha urbana consolidada. Na metrópole curitibana estão prioritariamente localizados no Sul e Oeste

da cidade polo e nos Municípios de São José dos Pinhais e Colombo, que possuem uma mancha de urbanização contínua à de Curitiba. Em Tucumán a localização em áreas periféricas próximas da mancha urbana consolidada também é observada. Nessa metrópole, a característica marcante dos novos empreendimentos é a sua dimensão, em termos de área e de número de unidades produzidas (Czytajlo et al., 2014).

Outra característica do período é a produção de mercado para os estratos de renda mais elevados, que se realiza pela proliferação de espaços de moradia autocontidos. No Brasil os condomínios residenciais fechados (verticais e horizontais) e na Argentina os *barrios cerrados* e *country clubs*. Essas tipologias caracterizam-se pela separação (espacial, social e qualitativa) do entorno, que se realiza com ou sem proximidade territorial da mancha urbana consolidada.

Os *country clubs* situam-se em áreas mais periféricas e menos urbanizadas, e produzem de modo mais intenso a dispersão da ocupação. Na AMT essas tipologias localizam-se principalmente em Yerba Buena (Oeste), e expandem-se também em direção a municípios e comunas rurais mais distantes, que integram o SIMET (Malizia, 2011).

Em Curitiba os condomínios residenciais horizontais fechados para a alta renda distribuem-se pela coroa periférica de Curitiba e municípios do entorno e situam-se em áreas caracterizadas pela presença de amenidades físicas, naturais ou planejadas - parques, áreas verdes, de preservação ambiental, lagos artificiais (Firkowski, 2001).

No Município de Curitiba, os condomínios residenciais fechados produzidos para a alta renda estão prioritariamente localizados no Noroeste da coroa de ocupação. A década de 1990 marca também o surgimento desse tipo de empreendimento imobiliário para as classes de renda mais elevadas na cidade polo. (Furiski, 2010)

O Oeste de Curitiba concentra os novos condomínios residenciais fechados verticais para a alta renda, na região denominada Ecoville (Polucha, 2010).

6 Produção das favelas e *villas* e novas relações centro - periferia

O período que tem início na década de 1990 é marcado pela intensificação do processo de produção das favelas e *villas* nas duas metrópoles estudadas. Tal crescimento indica que o período foi marcado pela ampliação das desigualdades socioespaciais e da dificuldade de acesso à terra urbanizada e formal por parte das classes populares.

O crescimento das desigualdades é mais bem observado quando ao processo de produção dos espaços informais de moradia soma-se o de crescimento dos condomínios residenciais fechados destinados às classes de renda mais elevada, permitindo considerar que a produção dos espaços de moradia desempenha uma função importante nesse processo.

Do ponto de vista da estruturação espacial, tomando como referência a produção das favelas e *villas*, a presença e maior intensidade do vetor de concentração indica o surgimento de novas relações centro-periferia, a partir das quais se conforma uma espacialidade diferente da que se observava no período precedente. A força de concentração é reconhecida: (i) pelas maiores densidades observadas nos assentamentos pré-existentes, situados nas cidades polo e proximidades; (ii) pela predominância e intensificação do processo nos Municípios de Curitiba e San Miguel de Tucumán, que além do adensamento também se realizou pela produção de novos assentamentos.

As novas relações centro-periferia são comprovadas, portanto, pelo fato de que a produção dos espaços informais de moradia nos polos das aglomerações constitui um processo ativo e não residual. Ele não é resultado de permanências espaciais, isto é, de um fenômeno que transforma espaços preteritamente produzidos como áreas periféricas em centrais em função do tamanho da aglomeração, mas um processo em evolução, integrante do conjunto de mudanças que singularizam a atual fase da metropolização.

No período que antecede a década de 1990 o padrão de estruturação espacial, denominado centro-periferia podia ser caracterizado por: (i) uma forma dispersa ao invés de concentrada, com taxas decrescentes de densidade populacional ao longo das décadas; (ii) classes de média e alta renda vivendo longe da de baixa renda: as primeiras nas áreas mais centrais, regulares e bem equipadas, e a outra em periferias distantes, precárias e muitas vezes irregulares; (iii) a aquisição da casa própria torna-se regra e generaliza-se entre todas as classes sociais, mas com diferenças na forma de produção e nas condições de moradia de seus habitantes, que variaram em função da renda; (iv) o transporte para o deslocamento intraurbano também se diferencia segundo classes sociais: o ônibus mais comumente, para os moradores da periferia, e o automóvel individual para as classes média e alta. (Caldeira, 2000, p. 218-219)

No período atual, a localização e o crescimento mais intenso das favelas e *villas* nos municípios polo, que se realiza com maior proximidade dos espaços habitados por classes sociais de renda mais elevada, evidencia a transformação do padrão de distribuição dos espaços residenciais, anteriormente marcado pela periferização da pobreza.

As mudanças no padrão de estruturação espacial precedente são evidenciadas quando se incorpora à análise a produção dos condomínios residenciais fechados destinados às classes de alta renda, caracterizada: pela localização dos empreendimentos fora das áreas urbanas centrais tradicionais; pela produção de espaços autocontidos, suburbanos ou não, que buscam separar-se da pluralidade e heterogeneidade que caracteriza a vida urbana; pela ocupação de áreas rurais promovendo a mudança de uso, dos modos de vida e a dispersão da urbanização.

A maior proximidade territorial dos diferentes conteúdos socioespaciais das áreas residenciais, que antes estavam organizados, distribuídos e separados entre áreas centrais e periféricas segundo a renda, intensificou também a heterogeneidade, e acentuou em escala metropolitana a fragmentação socioespacial derivada das novas formas assumidas pelos espaços de moradia, informais e formais.

Com base no processo analisado, dentre as similaridades encontradas na estruturação espacial nas metrópoles de Curitiba e Tucumán destacam-se: (i) a presença de novos conteúdos socioespaciais nas áreas centrais e periféricas; (ii) a formação de uma espacialidade derivada de movimentos de dispersão e reforço à concentração; (iii) a consolidação de um espaço mais heterogêneo e fragmentado; (iv) a presença de uma nova lógica de distribuição dos grupos sociais segundo a renda.

Constatou-se ainda, que a produção das favelas e *villas* desempenha um papel preponderante na atual fase de estruturação espacial das duas metrópoles estudadas. Tal constatação torna-se fundamental para compreender as novas lógicas a partir das quais são produzidas as metrópoles latino-americanas na atual fase da urbanização, especialmente em países como o Brasil e Argentina, formados por um contingente importante de população de baixa renda e marcados por profundas desigualdades socioespaciais.

A forte tensão entre concentração e dispersão observada na produção do espaço metropolitano explicita também a necessidade de se repensar a gestão habitacional e urbana dessas aglomerações. Em primeiro lugar no que tange à execução de políticas capazes de promover a universalização do acesso à moradia digna e bem localizada.

Ainda do ponto de vista da gestão, a observação das diferentes formas de produção do espaço residencial (pelo Estado e demais agentes sociais) evidenciaram uma tendência de expansão do processo em direção a municípios metropolitanos caracterizados por maior fragilidade institucional, se comparados ao município polo. Tal situação é agravada pela forma a partir da qual se realiza a gestão das metrópoles no Brasil e Argentina, marcada

pela fragmentação administrativa de um fenômeno espacial que é uno. Essa integridade se manifesta de maneira contundente quando se analisa a dinâmica a partir da qual são produzidos os espaços residenciais em ambas as metrópoles, formais e informais.

O reconhecimento da totalidade do fenômeno e dos limites de gestão presentes nas metrópoles, constatados com base no processo analisado, ganham força num contexto de renovadas expectativas nas relações entre Estado e sociedade, no que diz respeito aos avanços em matéria de direitos, a partir dos quais emergem novos desafios de democratização e equidade.

Referências

Abramo, P. 2009. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13. Anais... Florianópolis: ANPUR.

Brasil, Decreto n. 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 de dez. 2013. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto-8166-2013.htm>>. Acesso em: 27/10/2014.

Caldeira, T. P. do R. 2000. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34: EDUSP.

Cardoso, A. L. 2007. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. Cadernos Metrôpole, São Paulo, n. 17. p. 219-240.

Casares M. 1999. El Instituto Provincial de la Vivienda y Desarrollo Urbano: los inicios de su acción urbanizadora en el Gran San Miguel de Tucumán. Trabajo de investigación del Doctorado en Urbanismo, Universidad Politécnica de Valencia, Valencia (inédito).

Casares, M.; Jarma, N. 2009. La caracterización sociodemográfica del Sistema Metropolitano de Tucumán (SiMeT), ARESNOA, Jujuy.

Casares, M.; Czytajlo N. 2012. La ciudad fragmentada y la producción del suelo residencial. Estudios de casos del aglomerado metropolitano Tucumán. In: Revista Mundo Urbano. General Sarmiento: n. 40, 11 out. 2012. Disponível em: <<http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php/ano-2012/73-numero-40/238-la-ciudad-fragmentada-y-la-produccion-del-suelo-residencia-estudios-de-casos-del-aglomerado-metropolitano-de-tucuman>>. Acesso em: 27/10/2014.

Cravino, M. C. 2006. Las villas de la ciudad: mercado e informalidade urbana. Los Polverines: Universidad Nacional de General Sarmiento.

Cravino, M.C.; Duarte, J.I.; Del Río, J.P. 2008. Magnitud y crecimiento de las villas y asentamientos en el AMBA en los últimos 25 años. Buenos Aires: ULACAV.

Czytajlo, N. P.; Casares, M.; Nunes da Silva, M. 2014. In. BIENAL DEL COLOQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 10., 2014, Mendoza, Argentina; Desequilibrios regionales u políticas públicas. Uma agenda pendiente. Anais... Mendoza: AUGM: UNC.

De Mattos, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. 2004. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE. p. 157-196.

Di Lullo, R.; Giobellina, B. (Ed.) 1999. Aportes para la Discusión, Serie Hacia una Planificación Estratégica del Gran San Miguel de Tucumán. Tucumán: LIGHaM, Faculdade de Arquitectura – UNT.

Firkowski, O. L. C. de F. 2001. A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Firkowski, O. L. C. de F. 2012. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. In. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun.

Furiski, M. da S. 2010. Enclaves residenciais urbanos: caracterização e expansão dos condomínios e grandes empreendimentos residenciais em Curitiba. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

Gasparini, D. 1993. Regularização de loteamento e desmembramento. São Paulo: FPFL/Cepam. 94 p.

Gottdiener, M. 1997. A produção social do espaço urbano. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Hidalgo, R; Borsdorf, A; Sánchez, R. 2006. Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nas metrópoles latino-americanas – o caso de Santiago do Chile. In: SILVEIRA, R. L. L. da; PEREIRA, P. C. X.; UEDA, V. Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p. 14-44.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2057&id_pagina=1>. Acesso em: 6/7/2012.

Instituto Provincial de Vivienda y Desarrollo Urbano. 1996. Relevamiento Asentamientos informales. Programa Arraigo.

Malizia, M. 2012. Countries y barrios privados en el Gran San Miguel de Tucumán: Efectos y contrastes sociales. In Revista Poblac. soc. [online]. vol.19, n.2, pp. 224-227 . Disponível em : <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-85622012000200016&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1852-8562.

- Mansilla, S. 1994. Del "conventillo" a la "villa de emergencia": segregación residencial y migraciones intraurbanas en San Miguel de Tucumán. *Revista de Geografía*. Barcelona: vol. XXVII-XXVIII.
- Polucha, R. S. 2010. *Ecoville: construindo uma cidade para poucos*. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pnuma. 2007. *Perspectivas del Medio Ambiente Urbano*. Geo San Miguel de Tucumán. Facultad de Arquitectura y Urbanismo-UNT. Municipalidad de San Miguel de Tucumán. Tucumán: 1º Ed.
- Ribeiro, L. C. Q. *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/download/cidade-desigual-ou-cidade-partida.pdf>>. Acesso em: 6/10/2011.
- Sassen, S. 2010. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed.
- Silva, M. N. da. 2012. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba*. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Taschner, S. P. 2003. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, P. (Org.) *A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ. p. 13-41.
- Ultramari, C.; Moura, R. (Org.). 1994. *Metrópole grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES.
- Valladares, L. do P. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Wagner, R. F. 2006. Elementos para uma visão crítica das políticas habitacionais na América Latina. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÓMICA APLICADA. *Assentamentos informais e Moradia Popular: subsídios para políticas habitacionais mais inclusivas*. Brasília: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.